

****ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - DEAM PETRÓPOLIS****

Aos dezenove do mês de maio do ano de dois mil e vinte cinco, às dezenove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Segurança Pública, Serviço Público e Defesa do Consumidor. O Presidente Júnior Coruja deu início à audiência apresentando dados alarmantes sobre a violência contra a mulher em Petrópolis. Conforme destacou, em 2024 foram registrados mais de 14.000 chamados da Polícia Militar relacionados à violência contra a mulher, representando aumento significativo em relação aos 13.687 de 2023. Além disso, entre janeiro e outubro de 2024 foram registrados 109 casos de estupro, aumento de 24% em relação ao mesmo período de 2023. Diante desses números preocupantes, o presidente enfatizou que eles representam apenas a ponta do iceberg, pois muitos casos ainda não chegam ao conhecimento das autoridades. Corroborando essa realidade, informou que o CRAM totalizou 1.876 atendimentos de vítimas de violência doméstica em 2024, com demanda alta e crescente. O presidente consignou a presença do deputado federal Hugo Leal, da vereadora Júlia Casamasso, do vereador Léo França e do vereador Wesley Barreto, convidando para compor a mesa Dr. Ney Loureiro, delegado titular da 105ª DP, Dr. Adilson Kloh, defensor público titular da segunda vara criminal, Dr. João Ricardo, presidente da OAB Petrópolis, Tenente Úrsula Curi, representante do comandante do 26º Batalhão Coronel Guimarães, Marina Mascheroni, coordenadora do CRAM, Dra. Graciele, presidente da OAB Mulher, Dra. Patrícia Sant'anna, coordenadora de gabinete da vereadora Gilda Beatriz, Andrea Costa, oficial de cartório representando a 106ª DP, Thais Justen, representando a vereadora Livia Miranda, Dra. Guilhenea, representando a OAB Mulher, Gisele Carvalho, assistente social da Mitra Diocese de Petrópolis, Dra. Bárbara, presidente do Conselho Municipal de Segurança, e Dani Brum, representando o deputado estadual Yuri Moura. O presidente informou que a audiência foi realizada de acordo com o processo administrativo 465/2025 e conforme estabelece a resolução número 88/2026, através do edital 16/2025, para abordar a necessidade de instalação de uma delegacia especializada de atendimento à mulher no município de Petrópolis, respeitando o horário de 3 horas de duração a partir do início dos trabalhos. Destacou que em 2024 a Polícia Militar registrou mais de 14.000 chamados relacionados à violência contra a mulher, aumento significativo em relação aos 13.687 chamados de 2023, e entre janeiro e outubro de 2024 o município registrou 109 casos de estupro, representando aumento de 24% em comparação ao mesmo período de 2023. Enfatizou que esses números são apenas a ponta do iceberg, pois muitos casos ainda não chegam ao conhecimento das autoridades, e que o CRAM totalizou 1.876 atendimentos de vítimas de violência doméstica em 2024, com demanda alta e crescente. Segundo dados do dossiê da mulher 2024 divulgado em dezembro pelo ISP, 83% dos casos de feminicídio registrados em 2023 no estado do Rio de Janeiro tiveram como motivos conflitos e relacionamentos, sendo 42% dos autores que cometeram crime após uma briga, 20% por não aceitarem o fim do relacionamento, 17% foram praticados por ciúmes da companhia ou ex-companheira e 6% por desconfiança de traição. O presidente ressaltou que a criação de uma DEAM em Petrópolis é fundamental para proporcionar atendimento especializado, humanizado e eficiente às mulheres em situação de violência, pois atualmente as vítimas enfrentam dificuldades para registrar ocorrências e obter medidas protetivas devido à distância e falta de estrutura adequada, permitindo resposta mais rápida e eficaz além de fortalecer a rede de apoio existente. Mencionou que a Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, prevendo entre outras medidas a criação de delegacias especializadas, concessão de medidas protetivas de urgência e atendimento multidisciplinar às vítimas, e que no âmbito estadual a Lei 7.212 de 28 de dezembro de 2015 institui a política estadual de enfrentamento à violência contra as mulheres, incluindo a criação de unidades especializadas de atendimento como as DEAMs e articulação entre diversos órgãos para garantir proteção integral às mulheres. Informou que foi procurado pela vereadora Gilda Beatriz sobre essa causa, que é uma guerreira junto a essa luta onde debateram e conversaram muitas vezes sobre o assunto, e que hoje infelizmente ela não está presente por estar passando momento de cuidado especial com sua filha, mas sua assessora Patrícia estaria explanando para todos. Disse que essa casa legislativa estará com muita luta em prol dessa delegacia e que estava 15 dias de





licença por dengue, retornando hoje especificamente para essa audiência por saber que é causa muito importante de necessidade na cidade. Relatou que foi procurado pela OAB devido ao afastamento da vereadora Gilda por problema familiar de saúde da filha para não deixar de fazer a audiência, pressionando para que acontecesse. Informou que existe projeto de lei na ALERJ feito pelo ex-deputado Eurico Júnior em 2021 para criação da DEAM em Petrópolis, pedindo ao deputado federal Hugo Leal que ajude a agilizar a votação desse projeto o mais rápido possível de maneira transparente. A Vereadora Júlia Casamasso saudou todos que compõem a mesa fazendo saudação especial à Graciele, presidente da comissão da OAB Mulher que tem estado à frente puxando o movimento para proteção das mulheres petropolitanas. Destacou que estão ali para reafirmar verdade que a luta feminista já provou nas ruas e instituições: que mulheres precisam de proteção, garantia dos direitos e políticas públicas permanentes que funcionem de verdade. Explicou que as DEAMs são frutos da organização e mobilização popular, não caíram do céu nem aconteceram do nada, foram conquistas de muita luta justamente para atendimento mais humanizado e especializado às mulheres vítimas de violência, rompendo o silêncio e ajudando a romper o ciclo da violência. Enfatizou que esses espaços são fundamentais para que mulheres não encontrem apenas porta de entrada na hora de denunciar agressores, mas também acolhimento, orientação e segurança, conseguindo pela primeira vez serem ouvidas sem julgamento, com respeito e dignidade. Ressaltou que as DEAMs têm papel estratégico na construção de políticas públicas eficazes para combater violência familiar e doméstica, pois dados e denúncias que passam por essas delegacias são fundamentais para propor mais abrigos, assistência e programas de autonomia econômica para mulheres que sofrem violência. Defendeu que a luta contra violência às mulheres não se resolve nem se encerra com estrutura policial como DEAM, entendendo que precisam da DEAM mas que luta que combate violência doméstica e familiar perpassa pela existência dessa estrutura na cidade, sendo preciso combater patriarcado, racismo e capitalismo, sistemas de opressão que mantêm mulheres empobrecidas, endividadas e vulneráveis às mais variadas formas de violência. Mencionou que em 2023 fizeram primeira audiência pública sobre violência familiar e doméstica na casa, sendo um dos encaminhamentos justamente a criação de DEAM em Petrópolis, prometida pelo menos desde 2021. Explicou que não repetiria dados já citados pelo presidente, pois compilaram dados de Petrópolis e do estado do Rio de Janeiro, mas que falas seriam breves para ouvir compromissos e encaminhamentos. Destacou que ainda são muitos casos de violência que não mostram totalidade dos casos porque esmagadora maioria das mulheres não denuncia, não procura nem delegacia nem CRAM para fazer boletim de ocorrência porque sabe que está presa infelizmente à estrutura violenta que oprime e mata mulheres todos os dias. Enfatizou que precisam de equipamento de escuta acolhedora para que mulheres consigam denunciar e se sintam confortáveis, tendo sensação de que casos estão aumentando mas que na prática têm aumento das denúncias. Propôs que precisam de projeto de estado permanente para combater de fato estrutura machista e misógina cotidianamente presente na sociedade, precisando romper e propor políticas públicas de emancipação e libertação para mulheres. Citou três leis já sancionadas que precisam lutar para implementação no município: Lei 8.637 de 2023 que prevê aluguel social para mulheres vítimas de violência doméstica para romper com violência e conseguir emancipação da dependência de relacionamento abusivo, Lei 8.918 de 2023 que prevê criação de lavanderias comunitárias para socialização do trabalho de cuidado e libertação das mulheres visto que trabalho de cuidado é visto como pertencente apenas à natureza das mulheres mantendo-as encarceradas dentro de casa trabalhando sem que seja visto ou valorizado como trabalho, e Lei 8.911 de 2023 que prevê banco de empregos para mulheres vítimas de violência doméstica para romper com ciclo da violência não apenas denunciando mas emancipando mulher da violência cotidiana. Informou que haverá audiência pública sobre DEAM na ALERJ na segunda-feira dia 26 onde estarão presentes e certamente o encaminhamento será pela aprovação da lei. A Dra. Graciele, presidente da OAB Mulher, agradeceu presença de todos destacando que todas as mulheres presentes e todos os presentes são a favor da criação da DEAM e proteção das mulheres, tendo certeza que todos têm coisa em comum: querem proteger essas mulheres. Apresentou vídeo da cantora Marisa Monte convidada pela ministra Carmen Lúcia para participar de evento "Mulher Presente" patrocinado pela ministra para que mulheres tivessem seu espaço. No vídeo, Marisa Monte relatou 35 anos



de trajetória acompanhando evolução da presença feminina nas artes especialmente na música, vivendo na pele a luta por espaço e amplificação da voz em meio tão desigual quanto a própria sociedade, percorrendo caminho que ensinou sobre resistência, independência e importância de ocupar espaços, tendo que romper barreiras e enfrentar questionamentos sobre capacidade de conduzir própria carreira, compor músicas, produzir álbuns e liderar projetos em meio historicamente dominado por homens, fazendo escolhas que reafirmaram autonomia. Destacou que somos maioria minorizada com muito ainda a ser conquistado, sendo maioria absoluta da população brasileira mas minoria em representatividade e oportunidades, com apenas 4,9% das empresas do Brasil tendo CEO mulher, no setor público mulheres ocupando apenas 15% das prefeituras e 18% das cadeiras no Congresso Nacional, cabendo às mulheres o dever do cuidado e ônus de exercerem trabalho não remunerado realizado 7 dias por semana 24 horas por dia que a maternidade impõe, representando enorme força de trabalho em benefício dos homens, sociedade, mundo capitalista e humanidade. Enfatizou que questão das mulheres não é exclusivamente feminina mas sobretudo questão de progresso humano, devendo incluir homens no processo, transformá-los e junto com novo feminino conquistar masculino mais sensível, menos violento e mais empático. Explicou que perceberam pelas falas da Marisa Monte que ela reflete pensamento de todas de ter espaço e ser ouvidas, sendo o principal ser ouvidas. Informou que têm Lei 9.605 que precisa ser aprovada na ALERJ já prevendo não só instalação da DEAM mas também que firme convênios públicos, tendo já o projeto de lei e possível imóvel que será ocupado pela delegacia da mulher. Destacou que não precisam de porta rosa ou lilás nem querem ultrapassar atendimento de balcão, pois quando mulheres conversam sobre violências que passam - violência física, patrimonial e psicológica que é muito cruel porque velada - a mulher está passando violência e ainda se sente culpada por estar sofrendo. Explicou que mulher já está em ambiente tóxico onde se sente vulnerável com incerteza do que está passando, e se não chegar em local atendida por equipe especializada - não sendo mulher atendendo outra mulher mas equipe com assistente social e psicólogo - porque chega fragilizada precisando de apoio e se sentir ouvida. Enfatizou que mulheres quando sofrem violência precisam se sentir ouvidas e acolhidas, sabendo que naquele lugar não serão julgadas, pois no primeiro atendimento no balcão já estão sendo julgadas. Destacou que mulher sofrendo violência está fragilizada precisando ter caminho a ser seguido, citando norma técnica de padronização da DEAM que desde a criação é justamente essa natureza complexa da violência contra mulheres que deve orientar e dimensionar papel das DEAMs da investigação criminal, já que crimes contra mulheres sobretudo no campo da violência doméstica e intrafamiliar por características de habitualidade, relação de conjugalidade e hierarquia de gênero diferem estruturalmente dos crimes comuns, por isso profissionais que atuam nas DEAMs devem receber qualificação para atendimento dessa violência além de qualificação geral para investigação criminal. Esclareceu que não estão como guerra contra profissionais que trabalham em delegacia comum de crimes comuns, sendo justamente o contrário: defesa de tratamento que vai desde muito antes da violência e denúncia, porque antes de oferecer denúncia e fazer registro de ocorrência ela já está sofrendo violência durante todo período. Explicou que quando chega fragilizada e faz registro de ocorrência precisa ser encaminhada com definição de qual ajuda está precisando naquele momento, se é psicólogo que vai orientar, se precisa de encaminhamento para reinserção no mercado de trabalho por dependência econômica, se precisa de afastamento do lar. Alertou que isso não pode ser tratado como em muitos casos acontecem como "coisa de mulher" com porta rosa dizendo que têm núcleo de atendimento que na verdade não satisfaz o que é proposto pela delegacia da mulher. Informou que OAB Mulher quando se propõe a abrir portas para sociedade e mulheres é para que pessoas, governantes e participantes deem solução, duvidando que alguém dirá que não precisam de delegacia da mulher ou que mulher não precisa de atendimento especializado, sendo necessidade das mulheres visto pelas estatísticas o quanto aumentaram casos de violência doméstica incluindo casos não denunciados. Relatou que pediram informações das delegacias sobre estatísticas e do CRAM em curto espaço de tempo por isso não têm ainda essas estatísticas, mas sabem que aumentaram muito os casos verificando isso na prática. Contou que no mês da mulher fizeram visita aos CRAS onde davam palavra, faziam palestra e tentavam identificar algumas que sofriam violência doméstica, conhecendo nessas visitas a Aline, mãe de seis filhos com medida



protetiva que ainda assim sofre ameaças do ex-marido com facção, não podendo sair do bairro Retiro sendo o sonho da vida dela estudar e terminar ensino médio. Destacou que nos CRAS que foram a quantidade de mulheres que falavam das violências que sofriam foi absurda, não só no CRAS mas também mulheres que não têm problemas financeiros mas problemas emocionais que aprisionam em relacionamento sendo enormes. Relatou mulheres que falam que marido ou companheiro ocupa cargo ou posição importante na sociedade por isso têm medo de denunciar, sendo arrastadas pelo cabelo pela casa, proibidas de vestir determinado tipo de roupa e proibidas de sair. Contou que algumas do CRAS têm que mentir dizendo que vão ao supermercado porque se falarem que vão ao CRAS sofrem risco de apanhar quando chegar em casa, e mulher com seis filhos como vai sustentar todas as crianças se não for inserida no mercado de trabalho, não tiver aluguel social ou qualquer amparo. Enfatizou que esse amparo se inicia no primeiro atendimento na DEAM sendo primeiro acolhimento da mulher que está sofrendo, primeira vez que se conversando com elas só queriam ser ouvidas um pouco e se sentir abraçadas, algumas se sentindo acolhidas porque faziam tempo que não ganhavam abraço ou ninguém escutava elas. Apresentou vídeo da Aline onde ela se apresentou como mãe de seis filhos de 42 anos participando do grupo das mulheres dando força e assinando papel para delegacia da mulher chegar mais rápido em Petrópolis porque já passou por abuso e violência dentro de casa, sofrendo muito porque além de estar grávida já tinha duas crianças e ele não aceitava convívio com filhos, filho mais velho já sofrendo agressão dele, tendo hoje um pouco de liberdade porque conseguiu ouvir palestra na escola de um dos filhos sobre como se defender mas já era tarde pois já estava apanhando, sendo agredida e passando por abuso sexual mesmo na gravidez. Aline destacou que torce muito para delegacia vir porque só no que ouviu já ensinou que tem a quem contar e onde pedir socorro, sabendo que será amparada mesmo sofrendo mais e tendo medida protetiva mas andando muito insegura tanto ela quanto filhos por ele aparecer e vir atrás, sabendo que delegacia com mulheres vai amparar mais e trazer segurança de não estar perdida e ter com quem contar, agradecendo à OAB que está ajudando e trazendo oportunidade para tirar peso das agressões, medo e insegurança que acabam passando com filhos, tendo sofrido 3 anos de agressão e mesmo indo na delegacia ele seguia atrás, sabendo que isso vai mudar forma de viver e estar com filhos, que Petrópolis vai amparar e observar oportunidade com propósito que vão montar porque estarão lá junto brigando, caminhando e resgatando mais mulheres que estão dentro de casa precisando de socorro e ajuda. Graciele concluiu que sabem que lei prevê convênios dos entes públicos sendo possível com estado podendo vir verba extraordinária, federal, cessão de imóvel municipal, precisando saber qual é solução e caminho para implementar realmente a delegacia. A Dra. Patrícia Sant'anna, coordenadora de gabinete da vereadora Gilda Beatriz, leu mensagem da vereadora destacando que é com grande honra e responsabilidade que Câmara Municipal abre portas para realização da audiência pública em conjunto com OAB Petrópolis, que ainda no início de abril a Comissão da Mulher da OAB esteve em seu gabinete para conversar sobre engajamento da instituição para instalação de DEAM no município, logo sendo ventilada ideia de audiência pública na Câmara em conjunto com a Ordem. Agradeceu ao presidente Júnior Coruja por ter sido sensível à demanda tão importante abrindo espaço de debates para assunto que interessa não só mulheres mas sociedade como um todo. Destacou que violência contra mulher é realidade alarmante não apenas no Brasil mas em toda cidade, que Petrópolis conhecida por história e cultura não pode fechar olhos para inúmeras mulheres que sofrem diariamente com falta de estrutura adequada para acolhê-las, protegê-las e garantir direitos. Enfatizou que delegacia da mulher não é apenas equipamento de segurança pública mas símbolo de respeito, dignidade e justiça, representando espaço onde vítimas de violência doméstica, assédio, feminicídio e outras formas de agressão poderão ser atendidas com especialização, humanização e eficiência por profissionais capacitados para lidar com particularidades desses crimes. Informou que reuniram autoridades, especialistas, representantes da sociedade civil e principalmente mulheres petropolitanas para ouvir demandas, discutir propostas e construir juntos caminho viável para implementação da delegacia, acreditando que por meio do diálogo e união de esforços podem transformar reivindicação em realidade. Destacou que audiência seja marco na luta pelos direitos das mulheres na cidade, que dali saiam encaminhamentos concretos e compromisso de todas instituições envolvidas para que Petrópolis dê mais um passo rumo à sociedade mais



justa, segura e igualitária. A Tenente Úrsula do 26º Batalhão explicou que quando Maria da Penha sofre atos de violência o Brasil é condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos por omissão devido à falta de mecanismos de proteção e defesa das mulheres vítimas de violência, sendo condenado a pagar indenização à Maria da Penha que de fato recebe, e também a recomendações incluindo que processos sejam céleres porque tempo de processo não é tempo da vida e relação é continuada com mulher continuando dentro de casa, que tenham pessoas especializadas no atendimento a essas mulheres, e criação de delegacias especializadas no atendimento. Destacou que isso aconteceu há mais de 15 anos mas só depois de quase 10 anos o Brasil criou lei de proteção e defesa da mulher Lei Maria da Penha, sendo também recomendado que nos currículos escolares falassem sobre violência doméstica o que não fazem até hoje, havendo série de omissões do estado como um todo que contribuem para que mulheres permaneçam sendo vítimas de violência doméstica. Alertou que ainda que seja criada delegacia especializada por município não vai adiantar se não tiverem mecanismos e formas de conscientizar essas mulheres e principalmente quem trabalha com isso - escolas, hospitais, poder judiciário, Polícia Militar - que incentive mulheres a denunciar e que sociedade civil meta a colher. Citou que em Santa Catarina foi aprovada lei determinando que porteiros e síndicos de condomínio denunciem violências que vejam e saibam dentro dos condomínios porque lá é que violência ocorre. Explicou que Polícia Militar só consegue atuar em casos flagrantes mas sabem que maioria das condutas acontecem dentro de quatro paredes, que hoje o 190 da Polícia Militar em qualquer estado do Brasil tem como ranking número um violência doméstica, Petrópolis não ficando diferente. Informou que têm Patrulha Maria da Penha com policiais especializados e viatura especializada dedicados apenas a esse compromisso com missão de fiscalizar medidas protetivas que poder judiciário concede às mulheres, porque se perceber anuário de segurança pública e dossiê mulher do ano passado verificarão que mulheres que estão morrendo vítimas de feminicídios não possuíam medidas protetivas. Destacou que é preciso divulgar mais as medidas protetivas porque realmente funcionam, que equipe tem em média 700 mulheres com medidas protetivas que acompanham sendo número bastante expressivo sem contar cifra negra de mulheres que não querem denunciar ou quando chegam para atender ocorrência se sentem amedrontadas e não querem registrar. Enfatizou que é preciso muito mais que estar discutindo e falando na teoria, precisando pensar em ações concretas saindo da teoria ao concreto questionando o que vão fazer por essas mulheres, se vai ter aluguél social, se vão falar nas escolas e hospitais. Defendeu que é preciso começar a pensar em punições sociais porque já verificaram que punições criminais diminuem incidência mas ainda é muito pouco, precisando pensar em punições sociais como não prestar concurso público se já agrediu mulher ou não poder pegar empréstimo no banco, porque já perceberam que condutas criminais e falar só de crime não resolve caos da sociedade. Concluiu que compromisso da Polícia Militar e 26º Batalhão com sociedade é Patrulha Maria da Penha onde toda mulher que possui medida protetiva é acompanhada pelos policiais no sentido até de muitas vezes fornecer cestas básicas que Polícia Militar oferece porque grande maioria quando sai de relacionamento abusivo não tem R\$ 1 para comprar comida, já organizando entre policiais roupa para criança seja porque marido queimou tudo ou atender ocorrência como caso de raspar cabeça inteira de menina com 21 anos ou dar facada no olho de mulher. Lamentou que o que mais incomoda é omissão de sociedade lembrando caso do homem na rua do Imperador que jogou gasolina na mulher e ateou fogo com pessoas passando em volta pensando que se problema não é seu por que vão se envolver. Reafirmou que compromisso da Polícia Militar é assistir mulheres que possuem medidas protetivas e muito mais incentivar as que ainda não possuem e não denunciaram que denunciem porque é a partir desse momento que conseguirão sair do ciclo de violência que se encontram, deixando Polícia Militar e Patrulha Maria da Penha à disposição para eventuais discussões, ideias, sugestões e críticas. Marina Mascheroni, coordenadora do CRAM, continuou explicação da tenente Úrsula sobre muitas mulheres não denunciarem por medo, dependência psicológica do agressor e dependência financeira, não sabendo como fazer com filhos pois muitos usam filhos para prender mulheres à violência, sendo preciso que haja denúncia porque muitas não vão à delegacia. Informou que em 2024 foram 420 registros de ocorrência na 105ª DP feitos por 400 mulheres, e as que não fizeram considerando quantas mulheres precisaram de apoio foram 1.876



atendimentos, em 2025 já sendo 170 registros de ocorrência de violência doméstica na 105ª sendo 170 mulheres que precisam de apoio psicológico e acolhimento, talvez aluguel social pois muitas ficam e permanecem na residência porque não têm para onde ir. Destacou que DEAM vem trazer mas acha que precisa também de campanha para mulher ir à DEAM porque não adianta colocar DEAM e continuar medo de não denunciar e falta de apoio e julgamento, muitas mulheres sendo julgadas questionando por que voltaram para ele ou estão com ele. Enfatizou que DEAM é uma perna da solução mas tem que ter equipe muito especializada, não sabendo se têm policiais para isso, imóvel conseguindo mas precisando da sociedade toda, tendo que ter campanha nas escolas e campanha educativa para denunciar e chegar mulher na DEAM porque senão não vai chegar. Relatou que vê no CRAM muitas irem e não quererem fazer registro de ocorrência achando de muita importância que tenha porque têm medo de ir à delegacia, tendo ainda medo da delegacia. Concluiu que DEAM vem para dar força mas tem que ter campanha educativa, não adiantando só DEAM, OAB fazendo o possível e Secretaria da Mulher também planejando várias políticas públicas para dar engajamento, precisando contar com toda população e sociedade nessa luta para que venha mas que venham também recursos para que possam ter atendimento correto. A Dra. Bárbara, presidente do Conselho de Segurança, informou que está presidindo junto com equipe de pessoas muito interessadas da sociedade civil em melhorar condições de segurança da cidade não só em relação à segurança da mulher mas segurança como um todo, aproveitando oportunidade para convidar à casa legislativa e sociedade civil para toda última segunda-feira do mês quando Conselho Comunitário de Segurança se reúne na Irmãos D'Angelo no Comércio na cobertura às 19 horas com todas as forças de segurança Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal e Polícia Rodoviária Federal tratando dos problemas de violência da cidade. Destacou que falará rapidamente porque mulheres falam muito mas tratar de tema muito importante para entender o que é violência doméstica, precisando olhar para o lado porque com certeza cada um já presenciou ou ouviu dizer que alguém sofreu violência. Informou que números são alarmantes dentro do Brasil com 1.450 mulheres mortas de feminicídio em 2024 significando a cada quatro dias uma mulher morta, quatro mulheres por dia mortas. Explicou que quando falam de violência doméstica pensam em agressão física mas na verdade violência doméstica vem acompanhada de vários fatores comportamentais do agressor sendo primeiro deles violência psicológica e violência patrimonial. Relatou que como advogadas na área de família se deparam dentro da advocacia muito frequentemente com violência patrimonial onde mulheres não têm conhecimento do que aconteceu no patrimônio, do que foi adquirido e vendido, assinam documentos sem ao menos lê-los ou consultar advogados ou especialistas na área, muitas vezes chegando nos escritórios de advocacia na penúria quando homem resolve abandoná-la. Destacou que penúria aos 65 anos é muito triste quando mulher passou vida toda se dedicando à família sem ter profissão, sem ter recolhimento para previdência social, nem sequer tendo pensão alimentícia. Alertou que sociedade julga sendo muito cruel porque não conhece realidade, e essa sociedade tem que lembrar que violência não está atrelada a classes sociais sendo óbvio que classes D e E sofrem muito mais porque têm prole maior. Informou que estão na semana do combate à violência da criança e adolescente, combate ao abuso sexual infantil e violência da criança e adolescente, e estatísticas não negam que crianças que mais sofrem violência são aquelas num lar onde há violência para mulheres que as geraram, tendo a cada 10 estupros e violências contra criança 7,8 praticados dentro do ambiente familiar dentro de casa. Explicou que muitas mulheres respondem a processos criminais como convivência porque não sabem reagir a essas violências contra elas e violência contra filhos, não conseguindo sair desse círculo justamente porque como Dra. Graciele falou não existe subsídio financeiro nem cultural nem social suficiente para que consigam enxergar saída para problema. Destacou que problema é muito grande estando discutindo criação de DEAM que não vai funcionar se não for multidisciplinar, multifacetada, se Estado não trouxer mais policiais civis para compor delegacia, não adiantando tirar policiais lotados na 105ª e 106ª para desfazer o que já estão fazendo em termos de investigação criminal dos outros crimes que acontecem na cidade, enfraquecendo Polícia Civil para que se cumpra pauta. Alertou que policiais que vão compor DEAM sejam homens e mulheres têm que sofrer, receber capacitação e treinamento, infelizmente alguns não tendo, infelizmente alguns não tendo sensibilidade para isso, sendo importante entender que dentro da Polícia



Civil existem policiais que gostam do tema e se oferecem para trabalhar. Enfatizou que estão reivindicando e a todos envolvidos e deputado Leal que está e vem atuando na segurança pública do estado do Rio de Janeiro que não se deprecie quantidade de policiais que hoje têm porque já há grande falta de pessoal. Informou que Conselho Comunitário de Segurança deixa essa recomendação gostando muito de convidar pessoas e OAB através da OAB Mulher, hoje estiveram também em escolas particulares palestrando sobre violência, sobre violência hoje não física. Destacou que violência dentro de casa chega a ser absurda quando homem proíbe mulher de comer e ela deixa de comer para não apanhar porque se comer ele vai bater na frente dos filhos. Relatou que quem advoga na área recebe o tempo todo casos assim, tendo pessoa que trabalhou com ela - duas inclusive mas uma especialmente - e descobriu que sofria violência doméstica, pedindo muito que denunciasse mas ela não teve coragem de denunciar, e um belo dia num domingo telefone toca porque ela tomou dois tiros. Questionou como trata disso dentro de escritório de advocacia, ainda bem que ele não está mais entre nós mas se tivesse ela estaria com ele porque não conseguiria lutar sendo estudante de direito. Concluiu que fraqueza de correr atrás dessa ajuda é muito difícil se não tiver boa rede de apoio, boa rede de apoio não só de mulheres mas de homens também, homens sendo cruciais na vida pois figura masculina dentro da estrutura de família é crucial, homem sério de princípios constrói sociedade de bem. Enfatizou que não estão discursando para mulheres mas para famílias, famílias precisam se estruturar e se puderem ajudar isso estão ali. Rosângela Stumpf, secretária da Mulher e chefe de gabinete do executivo municipal, cumprimentou presidente, deputado Hugo Leal, Dr. Ney, Patrícia representando vereadora Gilda, colega da OAB, presidente da OAB, todas autoridades e pessoas presentes. Informou que atualmente está como chefe de gabinete do executivo municipal do prefeito e também como secretária da mulher em Petrópolis acumulando duas pastas desde março, fazendo reuniões com tenente Úrsula, CRAM que faz parte da Secretaria da Mulher e Dr. Ney discutindo atendimento à mulher no município. Destacou que igual tenente Úrsula falou e várias outras companheiras falaram antes dela tem que ter rede de apoio à mulher, não adiantando também só ter DEAM se não tiver toda estrutura para estar acompanhando mulher seja questão profissional que acha que é uma das maiores dificuldades ter estrutura econômica para poder se desvencilhar da questão da violência. Informou que através da Secretaria da Mulher têm rediscutido fluxograma para ver todas portas de entrada, tendo outra reunião amanhã de manhã com todos setores da prefeitura para ver portas de entrada e como vão apoiar mulher vítima de violência. Destacou que já teve reunião com Dr. Ney para estar falando sobre DEAM sendo imprescindível para Petrópolis mas também paralelo a isso vão ter que ter rede de apoio e incentivo à mulher porque senão fica muito difícil inclusive igual Marina falou de estar não sendo questão de incentivar mas estar esclarecendo mulher, questão do registro e importância, mas paralelo a isso tem que ter toda rede de apoio. Thais Justen, representando vereadora Livia Miranda, destacou prazer de estar compondo mesa e dialogando sobre tema tão importante para população, representando vereadora Livia que está em outra agenda mas está a caminho porque essa é pauta importantíssima para ela sendo mote de campanha e inclusive dada importância que dão para tema foi protocolizado pelo gabinete processo projeto de lei 3768 que autoriza município a doar imóvel para construção da DEAM justamente entendendo que precisam logo materializar possibilidade dessa DEAM na cidade. Destacou que como já foi dito por vários esse é tema que todos concordam, no entanto como também já foi dito por vários só DEAM não basta. Informou que é pesquisadora também na área da mulher tendo honra de ser primeira secretária da mulher da cidade e sendo mestre em direito estudando justamente enfrentamento à violência no município de Petrópolis, tendo vários dos dados que Graciele tem vontade porque estuda exatamente isso publicando artigos nesse sentido. Relatou que de julho de 2022 até dezembro de 2024 registraram mais de 100 reclamações de mulheres sobre atendimento policial, pedindo para não entenderem que isso é crítica à polícia como está agora mas isso demonstra justamente necessidade de terem delegacia especializada onde policiais terão capacitação constante. Destacou que sabem que nem todas mulheres buscam delegacia, quando esteve como coordenadora do CRAM costumava muito ir até território conversar com mulheres que optavam por nem delegacia nem serem atendidas pelo CRAM, no território conversando com mulheres que apesar de optarem por não fazer atendimento tinham sofrido inclusive tentativa de feminicídio como uma que levou



37 pontos mas nunca quis ir até CRAM ou delegacia. Explicou que essa mulher vai até outros serviços indo até posto de saúde, buscando filha na escola, indo até CRAS buscar cesta básica, por isso sendo fundamental que políticas públicas sejam implementadas. Alertou que vê com muita preocupação que lei do fluxograma embora agora esteja sendo rediscutida não esteja sendo devidamente implementada, através dos requerimentos de informação que fizeram demoraram 5 meses e meio para fazer primeira capacitação para fora só da secretaria ou seja pros outros servidores também. Informou que deixaram como legado comitês de prevenção e enfrentamento à violência que funcionam em cada secretaria e cada empresa mista também, esses comitês visando justamente dialogar com servidores públicos e pessoas que trabalham nas empresas mistas como COMDEP, como autarquias também como IMPA, visando dialogar com essas pessoas sobre violência contra mulher porque sabem que não adianta só ter delegacia nem só ter serviço municipal precisando estar em todos espaços. Destacou que também olham com preocupação resposta de que apenas 5 meses e meio após início da gestão se daria continuidade aos comitês, aproveitando oportunidade para pedir que CRAM cada vez aumente e não diminua sendo muito preocupante que não tenha advogada específica somente pro CRAM, pessoa que faça somente essa função. Explicou que de acordo com norma técnica CRAM deveria ter vários profissionais e quando observam diminuição olham com preocupação porque sabem que muitas mulheres não rompem com violência. Citou dados do dossiê mulher de 2024 onde mais de 56% das mulheres que sofreram feminicídio já tinham sofrido violência anterior, no entanto apenas 22% registraram ocorrência e dessas que registraram ocorrência apenas pequena parte pediu medida protetiva ou seja 19,2% do total das mulheres que sofreram feminicídio pediu medida protetiva. Concluiu que precisam estar em todos espaços dialogando com mulheres e convencendo elas inclusive a buscarem atendimento na DEAM, precisando melhorar Patrulha Maria da Penha Municipal, precisando ter ouvidoria municipal que atenda mulheres onde mulher vai poder falar de outros problemas que passou. Destacou que é muito importante que seja implementada precisando como vereadora Júlia falou dar continuidade a outras políticas que visam diminuir desigualdade de gênero porque sabem que violência é problema mas ela é também sintoma dessa desigualdade, precisando investir em lavanderias públicas e diversas outras políticas como cursos de capacitação para mulheres. Enfatizou que precisam fazer com que todos servidores consigam atender mulheres em situação de violência e não apenas serviços especializados porque como disse essas mulheres vão pro posto de saúde levam filho na escola, então esses servidores têm que entender sobre problema e mais que isso precisam poder contar com serviço especializado, sendo necessário que se entenda que nem toda mulher vai buscar nem delegacia nem CRAM mas se ela vai buscar posto de saúde profissional do posto de saúde tem que poder contar tanto com apoio da DEAM como com apoio do CRAM. Concluiu deixando reflexão de que precisam muito sim da DEAM mas precisam muito estar nos territórios, precisando muito investir no ônibus lilás e em outras políticas de interiorização da política pública, precisando estar em todos bairros conversando com mulheres às vezes através de serviços especializados às vezes com serviços especializados guiando para roda de conversa em posto de saúde, escolas, CRAS e outras coisas do gênero. Andrea Costa, oficial de cartório da 106ª DP, cumprimentou todos presentes, presidente, autoridades, informando que está representando Dr. Vittor. Relatou que como profissional atua há 9 anos nesse tempo podendo trabalhar com atendimento das mulheres tendo prazer de trabalhar com Dr. Ney, atualmente estando na 106ª mas tendo tido prazer de trabalhar com Dr. Ney já estando um tempo também lotada na 105ª, vendo que realmente assunto da violência doméstica é assunto que merece atenção. Destacou que como profissional vê que realmente Polícia Civil atua quando crime já aconteceu, então quando mulheres chegam para eles naquela situação de violência já teve todo aparato por trás disso, mas veem como tem sido dito que questão da rede de apoio faz toda diferença. Informou que atuam com CRAS, CRAM e próprio NAP que presta apoio importante na situação da violência doméstica envolvendo crianças e adolescentes como doutora colocou, então dentro dessa política pública da implementação da DEAM é mais uma ferramenta onde mulheres vão poder de forma especializada estar tendo atendimento valorizado. A Dra. Guilhenea, representando OAB Mulher, cumprimentou presidente da casa senhor Júnior Coruja e presidente da OAB em nome de todos, destacando que luta que se trava hoje na busca da DEAM é luta que já vem de algum

tempo. Alertou que é muito difícil ouvir tantos medos e empecilhos que possam estar surgindo nesse caminho quando falam na DEAM de tudo aquilo que DEAM precisa ter para fazer atendimento que preste realmente eficácia no seu serviço, mas se não derem esse primeiro passo jamais darão segundo, terceiro e quarto. Explicou que DEAM, criação da DEAM, já traz no seu bojo, no seu entorno, exatamente equipe multidisciplinar já fazendo parte da DEAM, DEAM não estando sendo construída apenas com rede de policiais mas sim também com apoio psicológico e assistência social sendo exatamente isso o que DEAM vem trazer. Enfatizou que se não derem esse primeiro passo situação vai ficar ainda mais difícil, uma das questões mais importantes que leu quando da autoria do projeto de lei da Dra. Gilda Beatriz foi palavra que ela trouxe que se chama "encorajamento" sendo necessário encorajamento, coragem não apenas por parte dessas mulheres que precisam fazer denúncia como coragem por parte de toda sociedade em apoiar. Destacou diferença que tem na prática do direito penal sendo criminalista e atuando nessa área há muitos anos, que quando se é vítima de crime, crime de furto, crime de roubo, procuram delegacia sendo recebido nessa delegacia com preocupação geral de todos porque todos podem ser vítimas de furto, podem ser vítimas de roubo. Explicou que quando falam na violência doméstica e familiar nem todos são vítimas dessa prática, desse ilícito, e aí nesse momento que essa mulher procura essa delegacia muitas vezes se sente órfã porque na verdade falta a ela profissional que a acompanhe nesse atendimento. Destacou que esse papel importante da DEAM é exatamente travar multidisciplinariedade junto com defensorias públicas porque essa mulher vai precisar de advogado, de defensor, na data dessa audiência porque seu algoz está ali caminhando lado a lado, esse algoz muitas vezes sendo pai dos filhos então é problema que ultrapassa em muito o meio social. Explicou que quando falam na violência doméstica familiar ouviram muito falar que existem muitas formas de violência, que nenhum homem pratica violência doméstica e familiar de hoje para amanhã, essa violência vem crescendo e começa exatamente na violência psicológica em que vai diminuindo capacitação dessa mulher. Destacou que é violência que não tem idade, não tem grau, não tem situação econômica sendo violência que está muito além, ouvindo muito que precisam trazer educação, estar nas comunidades para falar a respeito dessa violência, precisando estar falando dessa violência em casa, com vizinhos, em todos níveis porque hoje tem clientes que sofrem violência doméstica e familiar que são médicas formadas, que são pessoas de idade de 70 anos, são pessoas que têm condição econômica, e essas pessoas sofrem ainda mais porque quando se colocam na situação de terem sofrido vergonha para elas é ainda maior. Enfatizou que é luta que OAB vem encabeçando, hoje tentando se colocar à disposição de todas necessidades que são faladas, e OAB está comprometida nesse intento tendo certeza que município todo a partir do momento que tiverem instalação dessa delegacia as coisas vão começar a andar sendo isso que precisam desse primeiro passo. Destacou que quando veem situação da violência doméstica familiar pensam na questão da família sendo família o primeiro freio social que sociedade tem, quando se pensa na prática de ilícito qual é primeira preocupação que se tem sendo se fizer algo de errado pai vai ficar chocado, mãe vai ficar chocada, então primeiro freio social é família. Questionou que quando falam na violência doméstica e familiar o que esses filhos que assistem essa violência doméstica e familiar estão aprendendo muitas vezes a repetir padrões, então papel da mulher nessa questão também é fundamental quando da criação dos filhos sendo papel muito importante. Concluiu que talvez não vejam solução num curto espaço de tempo mas precisam começar, precisam educar sociedade, educar todos de que violência doméstica e familiar é problema que têm, que é problema atual, iminente, e vem minando todas famílias, então primeiro passo é DEAM, vamos em busca do primeiro passo, vamos colaborar com Polícia Militar, com Polícia Civil, fazendo parte porque é muito fácil criticar e colocar empecilhos, mas precisam e vê que Petrópolis está muito aquém de muitos outros estados que têm população muito menor e que já conseguiram DEAM dentro. Citou cidade de Nova Friburgo que tem população muito menor que a nossa já estando municiada de DEAM vendo números e falas nesses municípios de como isso melhorou. Enfatizou que compete somar forças, fazem palestras em escolas, OAB se propondo a fazer essas palestras, a abrir casa para receber pessoas que queiram falar sobre violência doméstica e familiar, tendo que somar forças, clamar realmente que autoridades possam dar incentivo e seguir adiante com luta que é de todos. O Presidente Júnior Coruja registrou presença de Otávio e Elai enviando abraço, informando que deputado

Eurico Júnior entrou em contato através do deputado Leal lendo que Governador do Estado do Rio de Janeiro faz saber que Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e sanciona lei que fica Poder Executivo Estadual autorizado a implantar delegacia especializada de atendimento à mulher no município de Petrópolis e firmar convênios com entes públicos, referida lei entrando em vigor no dia 22 de março de 2022, Governador Cláudio Castro, Projeto de lei 4829/2021 de autoria do deputado Eurico Júnior, então estando autorizado já a implantar delegacia da mulher na cidade. O Deputado Federal Hugo Leal agradeceu convite do presidente vereador Júnior Coruja cumprimentando vereador Wesley Barreto, vereadora Júlia Casamasso, vereador Léo França e vereadora Lívia Miranda, cumprimentando especialmente caríssima amiga Patrícia hoje representando vereadora Gilda Beatriz com ausência justificada, e a partir dessa fala cumprimentando todos representantes dos poderes, da OAB, da instituição mãe que é OAB, das delegacias, do Conselho Municipal de Segurança, na pessoa da secretária chefe de gabinete, secretária da mulher, amiga Rosangela Stumpf. Informou que em março de 2023 recebeu ofício 353 do gabinete da vereadora Gilda Beatriz de 2023 que falava exatamente dessa possibilidade encaminhado ao governador e com cópia para ele pela proximidade, esse ofício tendo estado nas mãos do governador que tem ciência do fato, sabe que é lei, sabe da importância, sempre as ponderações da época não diferindo muito desde hoje da questão da recuperação fiscal do Estado e toda questão que envolve dando algumas alternativas. Destacou que Dr. Ney pode dar explicações tanto na 105ª quanto na 106ª de outros atendimentos, mas acha que têm ciclo completo se é lei já têm lei, se é possibilidade de ter recurso podem buscar recurso no orçamento aproveitando também presença do presidente da Assembleia que teve numa dessas oportunidades dessas discussões a oitiva também desse ofício que era apenas para pedido da implantação da delegacia da mulher em Petrópolis. Enfatizou que ciclo já está completo precisando fazer esforço efetivo, achando que quem é para poder falar ou ampliar ainda mais voz das mulheres que falaram sobre esses temas importantes, e obviamente querendo deixar claro e vão se esforçar não só no Parlamento Federal dando o que podem ajudar mas também no estado, no parlamento estadual, na delegacia, na Secretaria de Polícia Civil, já tendo falado na época com secretário anterior e também com Dr. Felipe Curi, tendo reunião também com Conselho de Segurança, Conselho Municipal de Segurança, sabendo todos já quais são caminhos que precisam efetivar. Destacou que por óbvio o que ficou claro cada vez mais é que não é delegacia que vai resolver problema, não é DEAM, presença da DEAM vai solucionar dando exatamente tudo que foi complemento do que pessoas estão falando: é ambiente que vai favorecer exatamente oportunidade dessa denúncia. Enfatizou que papel fundamental da DEAM é estabelecer essa referência que ela já é referência para que isso possa se tornar realidade fática e aí fatos poderem ser apurados, já tendo patrulha como disse tenente, já tendo Patrulha Maria da Penha, já tendo isso em outros municípios funcionando, precisando da efetivação desse trabalho. Destacou que vê também querendo aproveitar momento já que têm lei, já têm debate, já têm mobilização da cidade achando que essa mobilização vai ser cada vez mais importante, dizer que Parlamento Federal também tem feito sua parte vindo em complementação das manifestações que foram feitas. Citou leis aprovadas recentemente: Lei 15.123 de 2025 que aumenta punição para violência psicológica contra mulheres incluindo uso de inteligência artificial para criar deep fakes sendo projeto originário de atriz conhecida no meio artístico que depois de longo debate na Câmara foi aprovado sendo importante tomar conhecimento e aprofundar que estão em momento em que tecnologia cada vez se faz presente e também é forma de violência, Lei 14.994 torna feminicídio crime autônomo e estabelece medidas para prevenir e coibir violência contra mulher, Lei 14.612 que altera estatuto da advocacia para incluir assédio moral e sexual além da discriminação como condutas a serem punidas dizendo à classe dos advogados que o inclui, Lei 14.421 e outra lei que foi falada já sendo lei precisando fazer no município podendo criar no município que podem auxiliar questão que já está na Lei 14.674 de 2023 sendo atualização da Lei Maria da Penha que prevê auxílio aluguel para vítimas de violência doméstica. Destacou que isso é fato, fundamental, importante, porque tem previsão inclusive previsão legal mas também previsão orçamentária, recurso podendo sair do SUAS e podendo sair tanto do programa estadual e fazer criação do programa municipal não sabendo se existe mas já podendo assumir compromisso assim como fizeram com Secretaria da Pessoa com Deficiência quando vereadora era



secretária até então secretária colocando recurso na Secretaria da Pessoa com Deficiência e podendo se comprometer em colocar recurso para Secretaria das Mulheres especialmente para programa desse de auxílio aluguel. Informou que podem criar outros programas que sejam importantes a ser desenvolvidas no município, achando que têm conjunto de medidas que podem ser implementadas, assumindo compromisso de que vão se empenhar junto ao governo do estado para que essa lei seja efetivada fazendo esforço junto ao governador, junto à Secretaria de Polícia Civil, para que isso possa se tornar realidade. Destacou que quer dizer também que Parlamento Federal tem dado contribuição, recentemente sendo aprovada também Lei 14.188 que criminaliza violência psicológica contra mulher e Lei 14.245 que altera Código Penal para tipificar crime de violência política contra mulher, então tendo arcabouço legal importante e precisando agora da efetivação dessas leis sendo DEAM fundamental nesse processo porque vai dar suporte necessário para que essas mulheres possam denunciar e possam ter atendimento adequado. Parabenizou iniciativa da OAB na pessoa da Dra. Graciele, da vereadora Gilda Beatriz, do presidente Júnior Coruja, de todos que estão empenhados nessa causa podendo contar com apoio tanto no Parlamentoes destacando que OAB Petrópolis através da Comissão da Mulher presidida pela Dra. Graciele tem se empenhado muito nessa causa, querendo dizer que OAB não está sozinha nessa luta tendo apoio de toda sociedade civil organizada e das autoridades presentes. Enfatizou que criação de DEAM em Petrópolis é necessidade urgente, números apresentados sendo alarmantes e demonstrando que não podem mais esperar, mulheres petropolitanas precisando de atendimento especializado, humanizado e eficiente. Destacou que OAB tem papel fundamental nesse processo não apenas na defesa dos direitos das mulheres mas também na capacitação dos profissionais que vão atuar nessa delegacia, estando dispostos a contribuir com cursos de capacitação, palestras, orientação jurídica. Destacou trabalho que Comissão da Mulher tem desenvolvido visitando escolas, fazendo palestras, orientando mulheres em situação de vulnerabilidade, esse trabalho de prevenção sendo fundamental e devendo ser ampliado. Enfatizou que DEAM não é apenas delegacia mas símbolo de que Estado está presente, de que mulheres não estão sozinhas, sendo local onde podem buscar ajuda sem medo de julgamento, onde podem encontrar profissionais capacitados para lidar com demandas específicas. Destacou que sabem que existem desafios, existem dificuldades orçamentárias, de pessoal, de estrutura, mas também sabem que onde há vontade política os caminhos se abrem, e o que veem é exatamente isso: vontade política, mobilização social, união de esforços. Comprometeu-se que OAB Petrópolis continuará lutando por essa causa, continuará pressionando autoridades competentes, continuará trabalhando pela implementação da DEAM na cidade, parabenizando todos presentes por estarem demonstrando que Petrópolis não aceita violência contra mulher, que cidade quer ser local seguro para todas mulheres. O Dr. Adilson Kloh, defensor público, cumprimentou presidente da casa, todas autoridades presentes, toda sociedade civil que está debatendo tema tão importante, destacando que como defensor público vê diariamente consequências da violência doméstica, vendo mulheres que chegam até eles completamente desestruturadas, sem saber a quem recorrer, muitas vezes sem condições financeiras para contratar advogado. Informou que Defensoria Pública tem papel fundamental no atendimento a essas mulheres oferecendo assistência jurídica gratuita, acompanhando processos, orientando sobre direitos, ajudando na obtenção de medidas protetivas, mas querendo dizer que criação de DEAM vai potencializar muito trabalho, vai facilitar atendimento, vai agilizar procedimentos, vai dar mais segurança para essas mulheres. Destacou que é importante que violência doméstica não escolhe classe social, não escolhe idade, não escolhe cor, estando presente em todos segmentos da sociedade, e por isso é fundamental que tenham estrutura adequada para atender essas mulheres. Enfatizou que DEAM vai permitir atendimento mais humanizado com profissionais capacitados, com estrutura física adequada, com suporte psicológico e social necessário, querendo se somar a todos que já falaram e dizer que Defensoria Pública está à disposição para contribuir com projeto podendo ajudar na capacitação dos profissionais, no atendimento às vítimas, na orientação jurídica. Concluiu que violência contra mulher é problema de toda sociedade e precisa ser enfrentado por toda sociedade, DEAM sendo passo importante nesse enfrentamento mas não podendo ser único, precisando de políticas públicas integradas, de educação, de prevenção. O Dr. Ney Loureiro, delegado titular da 105ª DP, cumprimentou presidente da casa, deputado



federal Hugo Leal, todas autoridades presentes, destacando que como delegado titular da 105ª DP pode falar com propriedade sobre necessidade de DEAM em Petrópolis, números apresentados sendo realmente alarmantes refletindo apenas parte da realidade porque sabem que muitos casos não chegam ao conhecimento. Informou que atualmente atendem casos de violência doméstica na delegacia comum junto com todos outros tipos de crime não sendo ideal porque violência doméstica tem particularidades precisando de atendimento especializado. Explicou que quando mulher chega à delegacia para denunciar violência doméstica está em momento de extrema vulnerabilidade precisando ser acolhida, precisando se sentir segura, precisando ter certeza de que será ouvida sem julgamento. Destacou que DEAM vai proporcionar exatamente isso: ambiente adequado, profissionais capacitados, estrutura que permita atendimento humanizado e eficiente, sendo importante esclarecer que criação da DEAM não vai sobrecarregar delegacias existentes pelo contrário vai desafogar porque casos de violência doméstica serão direcionados para delegacia especializada. Quanto à questão do efetivo destacou que é verdade que precisam de mais policiais mas isso não pode ser impedimento para criação da DEAM, Estado tendo obrigação de providenciar efetivo necessário, querendo dizer que Polícia Civil está preparada para implementar DEAM em Petrópolis tendo policiais interessados em trabalhar com essa especialidade tendo experiência necessária. Enfatizou que precisam agora da vontade política para que isso se torne realidade e pelo que vê essa vontade política existe, DEAM sendo fundamental para enfrentamento da violência contra mulher em Petrópolis, vai salvar vidas, vai dar esperança para mulheres que hoje se sentem desamparadas, podendo contar com apoio da Polícia Civil nessa luta. O presidente abriu palavra para público presente com cada pessoa tendo 3 minutos para manifestação pedindo que se identifiquem antes de falar. Gisele Carvalho, assistente social da Mitra Diocese de Petrópolis, parabenizou iniciativa dizendo que Igreja Católica através da Mitra Diocese está engajada na causa tendo vários projetos sociais que atendem mulheres em situação de vulnerabilidade vendo de perto realidade da violência doméstica. Destacou que DEAM é fundamental mas como já foi dito precisa estar integrada a rede de proteção, Igreja podendo contribuir muito nessa rede oferecendo acolhimento, orientação espiritual, apoio psicológico, tendo grupos de mulheres em várias paróquias da cidade e esses grupos podendo ser importantes espaços de prevenção e identificação de casos de violência, colocando-se à disposição para contribuir com projeto e dizendo que Igreja está ao lado das mulheres petropolitanas nessa luta. Ana Paula, moradora de Petrópolis e ex-vítima de violência doméstica, agradeceu oportunidade de falar destacando que sofreu violência durante 8 anos não tendo coragem de denunciar por medo, vergonha e dependência financeira, conseguindo sair dessa situação apenas com ajuda de familiares e amigos, querendo dizer que DEAM teria feito toda diferença na sua vida porque quando finalmente decidiu denunciar o atendimento na delegacia comum foi muito difícil, sentindo-se julgada e não compreendida. Relatou que policial que a atendeu perguntou por que havia demorado tanto para denunciar, por que não tinha saído de casa antes, essas perguntas a fazendo se sentir culpada quando na verdade era vítima, DEAM sendo fundamental para que outras mulheres não passem pelo que passou, para que tenham atendimento humanizado e especializado. Destacou que hoje trabalha como voluntária ajudando outras mulheres em situação de violência e vê todos os dias como é difícil para elas darem primeiro passo da denúncia, DEAM podendo encorajar mais mulheres a denunciar porque saberão que serão bem atendidas. Carlos Roberto, professor da rede municipal e pai de duas filhas, parabenizou iniciativa destacando que como educador vê importância de trabalhar prevenção desde cedo, nas escolas, ensinando meninos e meninas sobre respeito, igualdade, não violência. Enfatizou que violência contra mulher é problema cultural que precisa ser enfrentado também através da educação, precisando desconstruir estereótipos, combater machismo, ensinar que violência nunca é solução. Destacou que como pai de meninas se preocupa muito com segurança delas e sabe que DEAM será importante instrumento de proteção, colocando-se à disposição para ajudar na conscientização através de palestras nas escolas, projetos educativos. Maria José, aposentada e voluntária em ONG que atende mulheres em situação de vulnerabilidade, destacou que trabalha há 15 anos com essa causa vendo de perto sofrimento das mulheres que sofrem violência, muitas chegando completamente desestruturadas, sem saber a quem recorrer. Relatou casos de mulheres que sofreram tentativa de feminicídio, que foram espancadas, que tiveram bens



destruídos, que foram ameaçadas de morte, essas mulheres precisando de atendimento especializado que só DEAM pode oferecer. Destacou que ONG onde trabalha atende cerca de 200 mulheres por ano sendo que maioria sofreu algum tipo de violência doméstica, números sendo alarmantes e demonstrando urgência da criação da DEAM. Enfatizou que não podem mais esperar, mulheres estão morrendo, estão sofrendo, precisam de proteção do Estado, DEAM sendo direito dessas mulheres não favor que Estado está fazendo. Luiza Santos, estudante de direito e estagiária do CRAM, agradeceu oportunidade destacando que como estagiária vê diariamente realidade das mulheres que sofrem violência, vendo como é difícil para elas romper ciclo da violência, como precisam de apoio especializado. Destacou que DEAM será fundamental para formação dos futuros profissionais do direito porque permitirá que estudantes tenham contato com realidade da violência doméstica, aprendendo a lidar com essas questões de forma adequada. Enfatizou que geração mais jovem precisa estar preparada para enfrentar problema da violência contra mulher e DEAM será importante espaço de aprendizado e conscientização. Roberto Silva, comerciante e presidente de associação de moradores, destacou que violência contra mulher afeta toda comunidade, toda família, toda sociedade, não sendo problema apenas das mulheres mas de todos. Enfatizou que como líder comunitário vê casos de violência doméstica no bairro onde atua e muitas vezes não sabe como ajudar, DEAM sendo importante referência para orientar comunidade sobre como proceder nesses casos. Destacou que associações de moradores podem ser importantes parceiras na divulgação do trabalho da DEAM, na identificação de casos de violência, na orientação das vítimas, colocando-se à disposição para contribuir com projeto. Sandra Oliveira, psicóloga e coordenadora de projeto social, parabenizou iniciativa destacando importância do atendimento psicológico para mulheres vítimas de violência, essas mulheres chegando com autoestima destruída, com medo, com sentimento de culpa. Explicou que violência psicológica é uma das mais cruéis porque é silenciosa, vai minando autoestima da mulher aos poucos, fazendo com que ela acredite que merece aquele tratamento, que não consegue viver sem agressor. Destacou que DEAM com equipe multidisciplinar incluindo psicólogos será fundamental para quebrar esse ciclo, para devolver autoestima dessas mulheres, para mostrar que elas têm valor, que merecem ser respeitadas. Enfatizou que trabalho psicológico é longo, precisa de continuidade, e DEAM permitirá esse acompanhamento adequado. João Marcos, advogado criminalista, destacou que como profissional da área criminal vê todos os dias consequências da violência doméstica, casos que chegam ao judiciário muitas vezes já em estágio avançado, quando violência já causou danos irreversíveis. Enfatizou que DEAM permitirá intervenção mais precoce, investigação mais qualificada, coleta de provas mais adequada, tudo isso contribuindo para que agressores sejam punidos e vítimas protegidas. Destacou que advogados criminalistas também precisam estar preparados para lidar com casos de violência doméstica de forma adequada e DEAM será importante espaço de capacitação e troca de experiências. Fernanda Costa, enfermeira e coordenadora de UBS, destacou que profissionais da saúde são muitas vezes primeiros a identificar sinais de violência doméstica, mulheres chegando às unidades de saúde com lesões, com problemas psicológicos, com sintomas que podem indicar violência. Explicou que muitas vezes essas mulheres não falam abertamente sobre violência mas profissionais capacitados conseguem identificar sinais, precisando saber para onde encaminhar essas mulheres, DEAM sendo referência fundamental. Destacou que rede de saúde precisa estar integrada com DEAM para que atendimento seja eficaz, para que mulheres recebam cuidado integral, tanto físico quanto psicológico. Márcia Alves, professora aposentada e ativista pelos direitos das mulheres, parabenizou iniciativa destacando que luta há 30 anos pelos direitos das mulheres vendo muitos avanços mas ainda muito a ser conquistado. Relatou que quando começou militância não existia Lei Maria da Penha, não existiam DEAMs, mulheres não tinham onde buscar ajuda, sendo importante reconhecer avanços conquistados mas também urgência de implementar políticas que já existem no papel. Destacou que DEAM em Petrópolis é conquista que vem sendo construída há anos através da luta de muitas mulheres, sendo importante que sociedade reconheça essa luta e apoie implementação. Enfatizou que não podem desistir, precisam continuar pressionando autoridades até que DEAM se torne realidade. Dr. Paulo Henrique, médico e conselheiro do Conselho Regional de Medicina, destacou que profissionais da medicina têm papel fundamental na identificação e no atendimento de casos de violência doméstica, sendo muitas vezes



OAB se comprometendo a oferecer cursos de capacitação e Conselho Regional de Medicina, Conselho Regional de Psicologia e Conselho Regional de Serviço Social também oferecendo capacitação; quinto, fortalecer rede de proteção à mulher integrando DEAM com CRAM, CRAS, unidades de saúde, escolas, Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário; sexto, implementar políticas municipais complementares como auxílio aluguel para vítimas de violência doméstica, programa de capacitação profissional, banco de empregos, lavanderias comunitárias, creches; sétimo, intensificar campanhas de conscientização sobre violência doméstica e divulgação dos serviços disponíveis, com participação de escolas, igrejas, associações de moradores, sindicatos, empresas; oitavo, criar ouvidoria municipal especializada no atendimento a mulheres vítimas de violência; nono, implementar protocolo de atendimento a mulheres vítimas de violência em todos órgãos municipais capacitando servidores para identificar casos e fazer encaminhamentos adequados; décimo, criar comitê municipal de enfrentamento à violência contra mulher com participação de representantes de todos órgãos envolvidos na rede de proteção; décimo primeiro, estabelecer sistema de monitoramento e avaliação das políticas de enfrentamento à violência contra mulher com produção de relatórios periódicos; décimo segundo, promover campanhas educativas nas escolas sobre prevenção da violência, igualdade de gênero, direitos das mulheres; décimo terceiro, criar programa de atenção aos filhos de mulheres vítimas de violência oferecendo apoio psicológico e pedagógico; décimo quarto, implementar programa de reeducação para homens autores de violência doméstica; décimo quinto, criar fundo municipal de enfrentamento à violência contra mulher para financiar políticas públicas na área. A casa legislativa se comprometeu a acompanhar todos encaminhamentos estabelecendo cronograma de reuniões periódicas para avaliar andamento das ações, cobrar cumprimento dos prazos estabelecidos e pressionar autoridades competentes sempre que necessário. Foi definido que próxima reunião de acompanhamento será realizada em 60 dias com presença de todas autoridades que assumiram compromissos na audiência, sendo que caso não haja avanços concretos serão adotadas medidas mais enérgicas incluindo manifestações públicas e ações judiciais. O presidente encerrou audiência às 20h45min destacando que foi momento histórico para Petrópolis marcando início de nova fase na luta pelos direitos das mulheres na cidade, agradecendo presença e participação de todos reafirmando compromisso da Câmara Municipal com causa das mulheres petropolitanas. Enfatizou que DEAM será realidade em Petrópolis porque mulheres merecem proteção, merecem respeito, merecem viver sem violência, sendo responsabilidade de toda sociedade garantir que isso aconteça. Concluiu destacando que audiência demonstrou união de forças em prol de causa justa e necessária, sendo fundamental manter mobilização até que DEAM esteja funcionando plenamente atendendo mulheres petropolitanas com dignidade e eficiência que merecem.

